

Territories of Frailty: Aging and Public Policy – A Project of Continuing Education

Territórios de Fragilidades: Envelhecimento e Políticas Públicas
– um projeto de educação continuada

(EN: 195-220)

Beltrina Côrte*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vera Brandão**

Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2020.VVIN2/pp.169-193

RESUMO

O envelhecimento populacional é considerado hoje como uma grande conquista e, simultaneamente, como um enorme desafio para os países em desenvolvimento, em especial no âmbito das políticas públicas para as pessoas idosas. O cenário é mais preocupante nos espaços periurbanos, que denominamos como “territórios de fragilidades”, nos quais se observa a sobreposição de carências múltiplas — saneamento básico, habitação, acessibilidade, educação e saúde — aliadas à desestruturação dos vínculos comunitários, os quais têm um impacto negativo na longevidade das populações. Propomos, neste texto, analisar este panorama através dos resultados do projeto de educação continuada para 420 profissionais da Secretaria de Assistência Social da cidade de São Paulo (Brasil), com o objetivo de aperfeiçoar a resposta dos serviços sociais, especialmente os que integram a proteção social básica da população mais carente. A metodologia de formação utilizada é centrada no profissional, no seu campo

Artigo recebido a 29/11/2019 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial a 26/05/2020.

* Doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e CEO do Portal do Envelhecimento.

E-mail: beltrina@pucsp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2717-3262>

** Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE-PUC/SP) e editora da Revista Longevidade.

E-mail: veratoridinobrandao@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1377-4104>

de atuação, e nos problemas quotidianos com que se depara através da análise das suas competências e capacidades para lidar com os desafios e oportunidades destas comunidades, o que possibilita a obtenção de várias narrativas em “primeira mão” e nos permite ter acesso à realidade vivida nestes espaços. Contribuindo para o enriquecimento desta reflexão, podemos observar as narrativas dos professores e supervisores, no âmbito do trabalho de campo, as dificuldades e conquistas na implementação do projeto, e a interação com os grupos de trabalho, o que nos permitiu, atenta a complexidade da temática, reunir dados decorrentes da atuação de todos estes intervenientes, em superação dos desafios associados ao equilíbrio das vidas pessoais e laborais, sobre o envelhecimento em territórios de fragilidades

Palavras-chave: envelhecimento; educação continuada; políticas públicas; territórios de fragilidades.

ABSTRACT

In the contemporary world, the progressive aging of the population is both a major achievement and a huge challenge for developing countries, especially when it relates to public policies for the elderly. The scenario is particularly worrying in peri-urban spaces, which we call “territories of fragility”, in which multiple deficiencies overlap — basic sanitation, housing, accessibility, education and health — those aspects coupled with the disruption of community ties, negatively impact the aging process. In this article, we analyze the previously presented scenario through the results of a continued education project that had as students 420 professionals that currently work in the Secretariat of Social Assistance of the city of São Paulo (Brazil). The aim of the project was the improvement of the work in the social assistance services network, especially the ones that are a part of the basic social protection, aimed at the most vulnerable part of the population. The use of professional-centered training methodology takes into account what happens in the field, it is based on daily problems, on the perception of skills and abilities, on the challenges and opportunities given by occupied spaces, in a dialogical and critical perspective. In other words, the result was a collection of 420 “first-hand” narratives that unveils a reality that is the opposite of what was expected. For the enrichment of the reflection, we present the commitments to this educational process — through the narratives of teachers and supervisors — in the work of recognizing the action field, the difficulties and achievements in the implementation of the project, and in practice with the groups. Content analysis indicates, in the complexity of the narrative, how all individuals that were a part of the project overcame life-work challenges and articulated knowledge about the aging process in territories of fragility.

Keywords: aging; continuing education; public policies; territories of fragility.

1. Introdução

São Paulo é a maior e mais próspera cidade do Brasil, referência como centro financeiro e polo cultural, com uma população de 12,18 milhões de habitantes domiciliados em 96 distritos^[1], com 15% de pessoas acima de 60 anos, ou seja, 1,7

1. Administrativamente, o município de São Paulo está subadministrado em 32 subprefeituras que administram os 96 distritos no município. Os distritos estão oficialmente agrupados em nove regiões (ou

milhões de pessoas idosas, das quais 5.776 com idades equivalentes ou superiores a cem anos (SEADE, 2017)^[2]. Uma cidade de contrastes, multirracial, superpovoada, extensa, viva e desigual — espaço de vida e trabalho — um cenário extremamente desafiante onde se desenvolveu o projeto de Educação Continuada para os profissionais da Secretaria de Assistência Social.

Começamos por resumir as diferentes fases de implementação do projeto desde o seu processo de implementação e desenvolvimento, seguido da análise das narrativas dos docentes e profissionais envolvidos neste projeto recolhidas pelos coordenadores-investigadores. Na sua gênese, este projeto resultada do contrato entre a UNESCO e a Fundação São Paulo^[3], realizado na cidade de São Paulo — Brasil — no decorrer do ano de 2017, com objetivo de capacitar um universo de 420 profissionais, de diferentes áreas de conhecimento, dos quadros do Serviço Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). O serviço é composto por técnicos e supervisores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipa técnica e gerentes dos Núcleos de Convivência de Idosos (NCIs). O trabalho com estes diferentes intervenientes pretendeu adequar a sua intervenção de acordo com a metodologia de atuação da Gerontologia Social que considera o envelhecimento como parte integrante do ciclo de vida onde os direitos e deveres dos cidadãos, como a liberdade, respeito e a dignidade são valores fundamentais e que norteiam os diferentes modos de viver e envelhecer.

O perfil dos profissionais foi composto por 41,2% da área do Serviço Social, 32,4% de Psicologia, 20,6% da Educação — áreas exigidas, por regulamento, na composição das equipas —, e 5,8% de outras áreas, tais como Direito, Educação Física e Terapia Ocupacional.

O NCI é um serviço da rede de proteção social básica^[4], que abrange pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos em situação de vulnerabilidade e em risco pessoal e social. Oferece atividades socioeducativas planeadas de acordo com as necessidades, interesses e motivações da pessoa idosa, conduzindo a construção e reconstrução das suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e

^[2]“zonas”), levando em conta a posição geográfica e história de ocupação, cf. Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2016-2026.

2. O Estado de São Paulo, que tem o mesmo nome da sua capital — a cidade de São Paulo —, possui uma população de 44.3 milhões de habitantes. Área de 248.2 km² e PIB de 2 mil milhões de reais (SEADE, 2017).
3. Edital n. 0126/2016 de 27/07/2016 da UNESCO, formalizado por meio do Contrato de Prestação de Serviços – ref. SHS 00808/2016 - SA 2820/2016. Projeto 914 BRZ 3019 – Sistema Único de Assistência Social – São Paulo. Tendo como contratante a UNESCO e como contratado a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
4. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sociais a rede de proteção social é composta pela rede de proteção básica e pela rede de proteção especial (de média e alta complexidade). <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf>

no território. Os profissionais também identificam quais os idosos que podem beneficiar de prestações sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)^[5].

O objetivo geral do projeto foi contribuir através de modelos teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); elevar a qualidade da prestação de serviços, programas, projetos, benefícios sociais, concessões de bolsas/auxílios financeiros e de gestão do Sistema; contribuir para a reconfiguração das políticas públicas da Assistência Social do município^[6] e potencializar o pleno cumprimento das suas funções e garantia de direitos^[7], de modo a estabelecer programas abrangentes e preventivos que assegurem o acesso dos/as cidadãos/ãs aos seus direitos sociais.

A metodologia que sustentou o projeto de capacitação foi idealizada a partir do *Problem Based Learning (PBL)* — Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) — modelo mais adequado à realidade dos profissionais a serem capacitados, procurando um ensino inovador que pudesse ultrapassar a abordagem tradicional, combinado a teoria com a prática (Berbel, 1999; Savin-Baden, 2000; Ribeiro, 2008). A estratégia pedagógica ABP, muito utilizada em medicina e áreas análogas, também pode ser aplicada em grupos ligados às áreas das ciências sociais e humanas como facilitadora da construção de conhecimentos necessários para fazer face aos desafios impostos pela realidade pessoal-profissional, dos profissionais do presente projeto.

Colocou-se assim em prática uma nova forma de pensar e olhar a realidade a partir do reconhecimento do potencial existente entre a troca de conhecimentos acumulados com outros, formais ou não. Como indica Berbel (1998, s/p) nessa metodologia de formação o problema é o ponto principal do processo educativo contínuo, já que serve de estímulo para a aprendizagem ao longo da vida ao

provocar a motivação; promover o conhecimento de novas áreas do saber; estimular a criatividade; impulsionar o pensamento crítico;

5. Cf Portaria nº 46/SMADS/2010. O serviço de busca ativa consiste em visitas domiciliares — destacada como uma das principais atribuições da Assistência Social, com objetivo de mapear os beneficiários do BPC, instituído pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, com implantação em 1996. A partir do Decreto nº 8.805/2016, a inscrição no Cadastro Único passou a ser requisito obrigatório para a concessão e manutenção do benefício. Também é requisito para sua concessão a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas — exigindo-se o Cadastro de Pessoa Física (CPF) — documento feito pela Receita Federal que serve para identificar os contribuintes — do requerente e dos membros da família: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_BPC_2018.pdf>

6. Município: divisão territorial do Estado que tem autonomia administrativa, com governo e leis próprias. Prefeitura: casa do Poder Executivo de uma cidade, onde o Prefeito, devidamente eleito pelo processo democrático, pratica os atos de governo.

7. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n. 6 de 13/04/16.

fomentar as capacidades de análise e decisão; desenvolver as capacidades e competências de trabalharem em grupo e de gestão de estresse; e trabalhar com habilidades.

Esta perspectiva metodológica articula-se com a observação participante, própria à antropologia do próximo, que articula as teorias da educação continuada à realidade dos territórios, princípio fundamental das práticas e dos estudos interdisciplinares. Na formação contínua de profissionais a perspectiva interdisciplinar começa a ser utilizada a partir dos anos de 1970, como resultado da discussão sobre a falta de integração das disciplinas, apoiando-se em teóricos fundamentais como Jean Piaget e Paulo Freire, que indicavam o sujeito como o foco central da aprendizagem.

Nesta perspectiva o docente assume o papel de “mediador” de múltiplos conhecimentos e procura não reproduzir o papel tradicional de “ensinar algo a alguém que não sabe”. Ele é o ponto de apoio na articulação do conhecimento teórico com o saber-fazer de modo a que o discente consiga articular estes dois conhecimentos, construindo o seu próprio conhecimento. Afirmar Altenfelder (2015, s/p), que o docente assume o papel de mediador na organização da “relação do aluno com os objetos de conhecimento, dando concretude, viabilizando e garantindo o processo de aprendizagem”, e completa:

É importante observar que não estamos falando de qualquer aprendizagem, mas de um processo que permita que o indivíduo possa se desenvolver. Nesta perspectiva, parte do conhecimento e questões derivadas do cotidiano de trabalho de cada profissional, trazidas ao grupo a ser capacitado para reflexão, partilha e busca de perspectivas-base que guiem as práticas, considerando os desafios para o trabalho social nas diferentes regiões do município de São Paulo, suas diversidades e peculiaridades.

Deste modo procurámos a promoção de um espaço de diálogo (Freire, 1980; 2005) entre as equipas envolvidas, visando o seu aperfeiçoamento profissional, técnico e ético-político, a reflexão e o estudo das questões quotidianas associadas ao trabalho e práticas profissionais das equipas, contributos para novas práticas e técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho. Dotar as equipas dos conhecimentos teóricos e práticos sobre os fenómenos, contextos e dinâmicas sociais dos territórios. Terminar com práticas assentes no preconceito, assistencialismo e estigmatizadoras, ao mesmo tempo que se pretendeu promover o desenvolvimento de trabalho em cooperações, horizontal e interdisciplinar das equipas, especialmente através de ações que fortaleçam o vínculo comunitário (Brandão, Côrte e Silva, 2017).

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (Freire, 1980, p. 82-83).

Nesta perspectiva a concepção do docente como “sujeito da mudança” deve estar interiorizada por este, pois não se pode propor o exercício de um “olhar renovado” sobre as realidades sociais e as práticas se o docente mediador mantiver uma postura conservadora, inflexível e não democrática. O exercício do diálogo e partilha é fundamental, não só nas práticas formativas, mas na vida em sociedade. Assim, procurámos alinhar “corações e mentes” através de ações dinâmicas, comprometidas com o serviço e solidárias nas atitudes — entre colegas de trabalho, idosos, familiares e comunidade.

Neste projeto, o reconhecimento do “chão” do trabalho social na complexidade da metrópole de São Paulo assumiu, desde a sua concepção, uma relevância fundamental. Deste modo, a concepção metodológica também foi elaborada a partir das nossas experiências como investigadores e docentes mediadores neste “território de fragilidades e desigualdades” que é a mais desenvolvida metrópole do nosso país. O quotidiano ensina-nos, dispensando teorias, os desafios de viver em condições adversas numa cidade que nos apresenta duas faces, a da riqueza e da miséria convivendo lado a lado — espelho da desigualdade nacional. Deste modo, o projeto foi elaborado e proposto no contexto amplo de uma sociedade/cidade complexa, marcada por uma expressiva longevidade, na perspectiva da Gerontologia Social.

Perante o crescente aumento da população idosa e as perspectivas de longevidade avançada, idosos com idade igual ou superior a 85 anos, num contexto de precariedade crescente de espaços e relações, o projeto mostrou-se como uma possibilidade de reorganização de conhecimentos e práticas, a partir de encontros interpares — um esforço de reflexão crítica, cooperação e solidariedade — visando o aperfeiçoamento das práticas utilizadas (Côrte & Brandão, 2018; Schon, 2007).

2. São Paulo e as Políticas Públicas

A cidade de São Paulo oferece-nos as suas múltiplas faces, indagando-nos e desafiando-nos. Na sua diversidade acolhe imigrantes de todos os países e migrantes internos — um “caldo de culturas” denso, indigesto a muitos, saboroso, mas com “doce e amargas” experiências — uma cidade antropofágica, que acolhe todos, “devora-os” de certa maneira e, ao incorporá-los, desafia a manutenção da identidade dos sujeitos — fundamental no desenvolvimento de sentido/sentimento de pertença e, conseqüente envolvimento social.

De pequena vila fundada em 1544 por padres jesuítas a grande metrópole, muitas são as histórias sobre os inúmeros desafios ao seu desenvolvimento, que foi lento e desigual por dois séculos. A partir do século XVIII muitos comerciantes de procedências diversas visitavam o país pelo potencial oferecido pela sua extensão territorial e as inúmeras riquezas naturais. Gradualmente imigrantes, de diferentes partes da Europa, que fugiam de conflitos armados, da fome e perseguições religiosas, chegam ao país em busca de um espaço de vida, trabalho, liberdade e progresso, e muitos estabeleceram-se na cidade que progredia. Destaca-se que, por volta de 1870, o governo brasileiro considerou a imigração organizada como benéfica à economia nacional em expansão, com destaque para a produção de café no Estado de São Paulo^[8], devido também ao término do ciclo de trabalho escravo (1888) e a procura pelo “branqueamento” da população.

Estimulados pela propaganda do governo brasileiro sobre “a terra da oportunidade”, muitos europeus — Alemães, Austríacos, Polacos, a maioria Italianos, Portugueses e Espanhóis — emigraram entre este período e o início da I Guerra Mundial — e estabeleceram-se em diferentes regiões, com realce para o sul do país. Entre as cidades do Sudeste, destacava-se São Paulo já em franca expansão.

Os diferentes povos que se estabeleceram na cidade, e que se juntaram à grande população de descendentes de escravos, espalharam-se por outras regiões do Estado e do país, promovendo a miscigenação do território, marcando a diversidade na formação da identidade brasileira, e em particular a paulista, marcada pela interculturalidade. São Paulo pode ser denominada “a cidade de mil povos”, pois nela se encontra a maior concentração de estrangeiros do país, de que é exemplo a maior comunidade de emigrantes Libaneses e Japoneses a viver fora do seu país; a maior comunidade de nordestinos fora do Nordeste; e a grande população afro-descendente, estruturalmente excluída^[9]. Comunidades que foram envelhecendo, tornando hoje São Paulo na quinta capital com maior percentagem de população idosa (SEADE, 2017).

A cidade de “identidades múltiplas” cresceu desenvolveu-se e, no seu crescimento, foi ocupando espaços, mais ou menos organizados — as periferias — formadas a partir dos anos 1940 por muitos “anônimos e estranhos”, imigrantes e migrantes, de diferentes regiões do país, que vieram em busca de trabalho numa cidade em processo de industrialização e crescimento urbano e que se constituíram, desde o princípio, em territórios de desigualdades e fragilidades.

8. O Brasil é uma República Federativa organizada politicamente em estados, municípios e distritos, e para administrar o país, existe uma divisão em governos: federal, estadual e municipal.

9. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, a população negra representava 37% dos habitantes do município de São Paulo, e a maioria vive na periferia da cidade.

Não existiam espaços urbanos para os trabalhadores e nem programas governamentais de habitação social, restando-lhes apenas como alternativa a “autoconstrução” de habitações precárias nos arredores do centro de São Paulo, sem acesso a saneamento e demais serviços públicos — transporte, educação e saúde. A precariedade das habitações começa a agravar-se, especialmente, a partir de 1970, com construções cada vez mais instáveis — barracas de madeira em zonas de risco — à beiras de riachos, em morros, alagadiços — as denominadas “favelas”, exemplos da expansão da precariedade urbana, e que se mantém até hoje (Scarlto & Alves, 2018).

Neste contexto, consideramos território como espaço físico geográfico em concreto — a cidade de São Paulo — e suas subdivisões em regiões - multifacetadas e multidimensionais — mas também como palco de relações de poder, de trocas simbólicas, da sua história, em movimento contraditório e desafiador, no qual o trabalhador procura desenvolver o seu trabalho e exercer a sua cidadania. Os programas de apoio social têm como objetivo, entre outros, a promoção do exercício da cidadania pelos mais carenciados — permitindo trocas sociais, interações e o estabelecimento de relações no espaço de vida real, com os seus desafios. O território é assim considerado como um espaço geográfico e social complexo de lutas e conquistas (Saquet & Sposito, 2009). O Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo — 2016-2026, indica, de forma clara, a sua complexidade e o desafio que impõe ao trabalho social hoje e num futuro próximo:

São Paulo metrópole de 96 cidades. Seus distritos, chão da diversidade de sua geografia, trajetória e topografia social, são ponto de partida para pensar seu futuro. A cidade não é soma de distritos, mas circuitos de vidas em que cada assentamento é parte das características do sentido de cidade e cidadania na metrópole paulistana. Pensar a cidade para o presente e futuro sob o olhar da assistência social significa ajustar as lentes do olhar sob o filtro da dignidade humana. (p. 06)

Segundo Santinha (2014, s/p) as disparidades sociais nos territórios de intervenção devem ser foco prioritário do trabalho social visando à igualdade, equidade e promoção dos direitos humanos, aplicando igualmente a noção de justiça espacial. Afirmar que:

[...] a procura de justiça implica perceber a relação dialética entre, não só as condições econômicas e sociais de diferentes grupos, mas também a geografia da injustiça, não sendo possível, portanto, compreender a questão da equidade sem considerar de que forma os serviços, as oportunidades e o próprio poder institucional se encontram geograficamente distribuídos.

Nas suas reflexões sobre “a ideia de justiça”, o economista Amartya Sen (2011, p. 12-13) indica que ao procurar a “justiça perfeita”, desconsidera-se “o modo como as pessoas vivem, e não meramente a natureza das instituições que as cercam [pois] o foco sobre a vida real na avaliação da justiça tem muitas implicações sobre a natureza e o alcance da ideia de justiça”, ou seja, em termos das liberdades e direitos, aqui aplicados às reflexões sobre os territórios onde são fixados os serviços propostos pelas políticas públicas. Afirma ainda (2011, p. 15) que “a democracia tem de ser julgada não apenas pelas instituições que existem formalmente, mas também por diferentes vozes, de diversas partes da população, na medida em que de fato possam ser ouvidas”.

No panorama desafiador desta “geografia da injustiça” no “chão das diversidades”, procurando a dignidade e justiça social, desenvolver um trabalho de colaboração, horizontal e interdisciplinar com as equipas, em espaço aberto a muitas vozes, visando ações que fortaleçam o vínculo comunitário em perspetiva ampla — família e comunidade — é um dos pontos de destaque do programa de apoio social aos idosos (Torres, 2017).

O envelhecimento populacional é considerado hoje como uma grande conquista e, simultaneamente, como um enorme desafio para os países em desenvolvimento, como o Brasil, em especial no âmbito das políticas públicas para os idosos — cenário que se mostra mais preocupante nos espaços periurbanos que denominamos “territórios de fragilidades” — em especial no Âmbito do Apoio Social, onde se observa a sobreposição de carências múltiplas — saneamento básico, habitação, acessibilidade, educação e saúde — aliadas à desestruturação dos vínculos familiares e comunitários, e ao aumento da violência, com impacto negativo sobre a longevidade das populações seja a nível do seu bem-estar físico ou social. Segundo Fazon, Siqueira e Teixeira (2019) a proteção social — redução de fragilidades, perdas, privações, danos e ofensas à integridade pessoal e familiar — deve ter como ponto de partida a análise do território, tendo em vista o planeamento de projetos, programas e serviços, para além da efetiva elaboração de políticas públicas que promovam os direitos.

Nesta perspetiva, fica evidente o enorme desafio da aplicação destes princípios na cidade de São Paulo, pela sua complexidade, diversidade e diferentes tipos de desigualdades sociais — evidenciadas no mapeamento detalhado das 96 regiões da cidade de São Paulo com cobertura de serviços sociais —, sendo estes os seus desafios e questões mais relevantes¹⁰.

O mesmo documento constatou, na sua análise, uma discrepância entre o que é proposto nas suas normas e as práticas quotidianas, com destaque para os inú-

10. Cf. Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo – 2016-2026.

meros problemas técnicos e operacionais dos serviços, inerentes à complexidade da metrópole, além da existência de uma certa “cristalização” de conceitos e ações que dificultam a concretização e o alcance dos objetivos propostos, estes dados foram também corroborados pelos profissionais em formação.

O Núcleo de Convivência de Idosos (NCI) — um dos serviços dos programas da Secretaria de Assistência Social (SAS) dirigidos à população idosa — assume-se como espaço de atenção e convívio destinado, essencialmente, a uma população com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade e exclusão social. O programa tem como prioridade: o desenvolvimento de atividades que contribuam para o processo de envelhecimento saudável; a autonomia e sociabilidade no fortalecimento dos vínculos familiares (como tradução de afetos); o convívio comunitário e prevenção de situações de exclusão social, por meio de atividades socioeducativas planeadas de acordo com características, interesses e necessidades desta faixa etária, especialmente considerando o cenário de fragilidades territoriais e sociais.

Este serviço tem parcerias com associações, fundações e organizações não governamentais, que formam a Rede de Proteção Social ao Idoso da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo – SMADS, com 92 unidades, em 50 dos 96 distritos, que atendem cerca 15 mil idosos, e revela uma procura crescente.

Alargando o campo de atuação das políticas públicas, a diferentes grupos da população, Fazon, Siqueira e Teixeira (2019, p. 184) sublinham que estas devem “facilitar a organização e a participação social, ao fornecer serviços, bem como oferecer apoio e suporte ao cidadão em situação de risco e de maior vulnerabilidade”. Destaca-se no âmbito deste campo o conceito de segurança social definido “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Constituição Federal de 1988, art. 194).

Entre as ações previstas na política social está a identificação das vulnerabilidades sociais, de modo a assegurar uma resposta adequada às necessidades dos cidadãos e das famílias — núcleo básico da reprodução social — e a consequente redução/eliminação das mesmas, uma vez que são as vulnerabilidades sociais que fragilizam os cidadãos e famílias, conduzindo-os à exclusão.

3. Narrativas – Tempos, Espaços, Diversidades, Identidades

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um

conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções. (Santos, 1978, p. 122)

A epígrafe fornece o mote para pensar os espaços como topografia de identidades, em territórios de desigualdades e injustiças, na perspectiva socio-histórica e antropológica. Na manifestação do processo de desenvolvimento da cidade podemos apreender tempos e identidades continuamente recompostos, sempre em processo de negociação — um dinâmico devir — nas narrativas da cidade que, como organismo vivo, cresce, se desenvolve e se deteriora, numa expansão desigual, desordenada, não planeada, abandonada, constituindo-se em territórios de fragilidades e de identidades que se estilhaçam e recompõem — da cidade e dos seus habitantes, configurando a geografia da injustiça.

Os denominados “bairros nobre”, com casarões e jardins — alguns deles classificados pelo Instituto do Património Histórico — também se degradaram ficando muitas casas abandonadas e à venda, mas sem mercado devido à crise financeira do país — abandono e descida dos valores de mercado essa associada também ao aumento da violência e uma sensação (real) de perigo. Apesar de proibido por lei, muitos destes imóveis vão sendo descaracterizados e utilizados como edifícios comerciais.

Este é um dos muitos exemplos das dinâmicas da topografia identitária da cidade e dos indivíduos — dinâmica de degradação e recomposição — cujo centro histórico, um dos seus “cartões postais”, com belas e antigas construções, atualmente objeto de ocupação irregular ou servindo como estabelecimentos comerciais, ilegais, ou habitação compartilhada — os cortiços — onde num quarto moram famílias, sem condições mínimas de segurança e higiene. Nestes locais degradados o arrendamento não é barato, devido ao fácil acesso à rede de transportes públicos e outros serviços, bem como a empregos não qualificados.

Alguns edifícios foram restaurados, exibindo belas fachadas e interiores, mas os movimentos de restauro para colocação no mercado habitacional têm sido muito tímidos. Assim, o centro histórico exhibe resquícios de uma beleza antiga e deteriorada, pois com as mudanças, ocorridas ao longo dos anos, que deslocaram as empresas e o comércio para diferentes regiões da cidade — configurando “novos centros”. O centro histórico perdeu, assim como os seus moradores, essas funções, histórias e identidades, e ainda não encontrou impulso para novas perspectivas de ocupação dinâmica, com habitação e serviços.

Hoje observa-se a “verticalização do luxo”, com apartamentos sofisticados, com enorme área útil, e ainda áreas de lazer, com um forte dispositivo de segu-

rança privada, onde alguns se tentam blindar dos problemas desta grande metrópole, o que se mostra irreal. Como afirma Bentes (2011, p. 336) “São Paulo é uma megacidade que se revela partida entre ricos e pobres — incluídos e excluídos, conectados e desconectados — com sua estrutura básica diferenciada formando um mosaico, que marca os constantes contrastes existentes na cidade”.

Esta perspectiva é reforçada nos relatos dos profissionais discentes que mostram a face da exclusão, desigualdade, violência e vulnerabilidades da cidade e dos espaços periurbanos, pois grande parte dos NCI encontram-se nos bairros periféricos, mas também surgem narrativas das lutas para requalificação destas regiões, com potencial para criação de habitações, infraestruturas, serviços e emprego. Como afirmam Scarlto & Alves (2018, p. 170):

O que chamávamos de periferias nos anos 70, hoje, após muita luta de movimentos sociais, passam a se consolidar e nelas se gestam centralidades locais-periféricas, que permitem a seus moradores o acesso, além da infraestrutura, a bens e serviços [...] O que pode ser considerado uma conquista da sociedade local, tem seu lado contraditório: com as melhorias infraestruturais e sociais os preços do solo urbano aumentam e parcela da população que vivia nessas localidades não consegue mais aí se manter, migrando pela cidade e região metropolitana, formando outras periferias precárias, sendo novamente ponta de lança na expansão urbana.

Com a expansão da cidade surgem novos e diferentes fatores que contribuem para a complexidade e dinâmica do “movimento territorial e social” com os quais os profissionais se deparam na aplicação de políticas públicas adequadas em territórios de mudança. No caso dos NCI's, podemos considerar que acolhem e oferecem oportunidades de convívio, criam referências, afirmam o sentimento de pertença, favorecem o acesso a direitos sociais no âmbito da sua atuação, recompondo e fortalecendo a identidade destas comunidades e promovem ações transformadoras nos territórios, como narrado pelos profissionais, também designados como trabalhadores sociais, uma vez que independentemente da sua área de formação, a sua atuação tem como foco o campo social. Por outro lado, constituem um *locus* catalisador e um canal de expressão de necessidades e questões sociais que remetem para a esfera mais ampla do acesso a diferentes recursos e serviços, o que equivale a apropriar-se da própria cidade em movimento e mudança, transcendendo o território distrital.

As narrativas de campo confirmam a leitura do território como configuração topográfica e morfológica, local onde se efetiva o exercício da cidadania, nas histórias de lutas partilhadas, e no qual se faz o exercício de participar e reivindicar direitos a uma vida digna — habitação, saneamento, educação, acesso aos serviços

de saúde, ao lazer — sendo ainda nas relações quotidianas o local de afirmação identitária e onde se demonstra a solidariedade entre pares. É no reconhecimento das “tramas do vivido” que as políticas públicas devem atuar, não só numa perspectiva assistencialista, mas com uma visão de futuro perspetivando um espaço em mudança permanente que sofre de modo mais contundente as oscilações/instabilidades económicas e políticas.

Devemos indicar que no Brasil, historicamente, sempre imperou a desigualdade — política, económica, social, racial, regional e cultural — considerada estrutural a todos os níveis, sendo poucos os momentos em que o povo teve esperança com a realização de pequenos progressos nessa área. A igualdade para todos parece hoje um objetivo de difícil alcance, mas a igualdade relativa, em movimento constante, é possível pela conquista de mais direitos pelos grupos sociais menos favorecidos, por meio de políticas públicas abrangentes e de garantia de direitos, mínimos necessários a uma vida digna.

Hoje o país atravessa, mais uma vez, um momento de instabilidade económica e social, com o aumento das já alarmantes desigualdades económicas devido à recessão e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, aliada a mudanças e confrontos político-ideológicos, geradores de violência, impactando negativamente, entre outros, os programas da assistência social, o que pode atingir o acesso a bens sociais, a curto e médio prazo, bens esses cujo acesso já se considerava consolidados (PNAD, 3.º trimestre, 2019)[11].

O recente Mapa da Desigualdade (2019)[12] revela um panorama amplo da desigualdade que vai além do desequilíbrio na distribuição da riqueza, abrangendo também desigualdades em função do género e da raça colocando também em destaque as desigualdades regionais e, conseqüentemente, as disparidades existentes entre as diferentes regiões da cidade. Revela, assim, que “as desigualdades impactam toda a sociedade, pois são geradoras de índices de criminalidade e violência (social e simbólica); nos tipos e na remuneração do trabalho; no nível de stress e nas doenças que afetam a população — sinais de uma sociedade desequilibrada e com baixos índices de bem-estar social”.

11. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) — realizada em 2012, em todo o território nacional, visa acompanhar as flutuações trimestrais e evolução, em curto, médio e longo prazo da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Acessível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

12. O Mapa de Desigualdade é um trabalho da Rede Nossa São Paulo — organização da sociedade civil apartidária — que desde 2012 realiza a recolha de dados, partilhados com todas as instituições públicas e sociedade civil, visando o combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito pelo meio ambiente. Acessível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>.

Neste contexto chama atenção para a média de idade das pessoas que morreram em 2018 (data-base da pesquisa): Moema — bairro de classe média alta — a idade média ao morrer é de 80,57; na Cidade Tiradentes — bairro periférico e carecido — a idade é de 57,31, ou seja, mais de vinte anos de diferença entre estes dois distritos na mesma cidade. O contexto indica a grande importância das políticas públicas como ponto de apoio e referência para parte significativa da população de São Paulo, na superação das diferenças, concretizando uma melhor qualidade de vida para todos (Côrte e Lopes, 2019).

Na cidade de São Paulo as mudanças nos programas de Assistência Social passam, neste momento, por cortes de recursos o que pode levar à descontinuidade de programas de apoio aos mais fragilizados, promovendo o aumento dos índices de desigualdade. Não é a primeira vez que isto ocorre, e a sociedade civil deve estar atenta e atuar, manifestando-se contra casos de perdas sociais, mais suscetíveis aos “humores políticos”.

O sociólogo Polaco Zigmunt Baumann (1925-2017), cujas obras nos deixam sempre a refletir após a sua leitura faz o alerta (de 2013), transpondo-nos para um cenário global do qual fazemos parte e que reconhecemos como atual:

A mistura explosiva de crescente desigualdade social e o volume cada vez maior de sofrimento humano relegado à condição de “colateralidade” (marginalidade, exterioridade, “removibilidade”, de não ser parte legítima da agenda política) tem todos os sinais para se tornar, potencialmente, o mais desastroso problema que a humanidade será forçada a confrontar, administrar e resolver no século atual. (p. 16)

4. Narrativas dos territórios de desigualdades e injustiças

A condição de autor é aquela da pessoa que ao narrar suas experiências toma consciência desses diferentes papéis, herdados, construídos, improvisados, nos cenários da vida [...] o narrador passa a se assumir como autor responsável pela continuidade de sua história e de sua atuação no mundo. A condição de agente social é aquela de quem age, não para exercer papéis preconcebidos, mas em função de uma ação refletida e auto (trans) formadora. (Passeggi & Cunha, 2014, p. 55)

A epígrafe indica a relevância da proposta dialógica no processo de formação contínua, idealizada como possibilidade de oferecer espaços narrativos, propícios à auscultação do grupo dos trabalhadores sociais, na perspectiva etnológica do estudo de campo em pequena escala — com a imersão do investigador na realidade quotidiana — através de uma observação participante e do diálogo com o outro, procurando conhecer os fenômenos sociais mediados pelas explicações extraídas

do “ambiente” cultural no qual estão imersos os atores. Nesta perspectiva apoiamos-nos nos princípios da antropologia cultural — etnologia urbana ou etnologia do próximo — considerando as necessidades partilhadas por todos os seres humanos, independentemente das suas características, e que pode ter como objeto de estudo os fenómenos sociais que necessitam de ser analisados através de fatores culturais (Augè e Colleyn, 2012).

A seleção, análise e apresentação dos conteúdos narrativos dos profissionais, ao longo do processo de formação, aqui apresentados como referentes à realidade do seu quotidiano profissional, segue a orientação proposta por Bardin (2002, p. 43) que indica que se devem encontrar os significados dos discursos, cujos conteúdos são expressos pela palavra, falada e escrita, revelando o que interessa aos intervenientes no estudo.

A análise de conteúdo trabalha a palavra [...] a prática realizada por emissores identificáveis. Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure [...] a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis.

As narrativas obtidas quer através da observação pelos investigadores, quer através da formação — expressas pelas palavras dos trabalhadores profissionais, enquanto formandos — indicam-nos o “campo de jogo” permitindo identificar zonas mistas de vulnerabilidade e fragilidade, nas diferentes regiões da cidade, incluindo a sua área central e o seu centro histórico, algo que pode ser observada quotidianamente por quem vive e transita pela cidade.

Esta abordagem procurou ultrapassar “saberes”, estabelecidos e predeterminados, na compreensão dos problemas e desafios do trabalho quotidiano, expressos em inseguranças, desafios e oportunidades, fragilidades e competências, atinentes ao meio envolvente, na procura de possíveis caminhos. O movimento de reflexão partilhada em espaço narrativo — reforçado pelo apoio teórico — favoreceu a construção individual e coletiva do profissional sujeito do conhecimento.

Neste artigo, não podemos apresentar os longos e inúmeros relatos de uma forma integral, portanto extraímos deles os principais pontos, atento o grande volume de dados, procurando revelar o que de fato ocorre no dia a dia destes profissionais, contemplando neste artigo os tópicos mais relevantes e os resultados obtidos.

Os projetos dialógicos de trocas de “saberes-fazer” propiciam espaços narrativos que indicam caminhos de descobertas a serem percorridos em conjunto — por profissionais formandos e docentes mediadores — a partir de questões que geram a reflexão de todos os intervenientes, esta perspectiva implica a partilha,

parceria e interação interdisciplinar e intersubjetiva. É um desafio que exige clareza dos objetivos, tempo de encontro e reflexão na procura de ações que geram a integração e a compreensão.

Este conjunto de conhecimentos deve ser pensado como relações e interfaces, características da interdisciplinaridade, que se refletem na Assistência Social e na Gerontologia Social e, nesta perspetiva, sugerem o desenvolvimento de um novo olhar e pensar a respeito dos vários significados e dimensões da realidade, como indica o documento que norteia a Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2013, p. 17), que se alia à proposta pedagógica dos cursos de formação continuada na área gerontológica, no qual se afirma que:

[...] a interdisciplinaridade permite a ampliação do foco da visão profissional, favorecendo maior aproximação das equipes profissionais à integralidade das situações experimentadas por usuários e beneficiários do Sistema, podendo, por isso mesmo, contribuir na formulação de respostas às questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Assim, as propostas de atividades na primeira fase do estudo — Encontros Reflexivos — abordaram as bases teóricas interdisciplinares na área do envelhecimento focando-se na bibliografia de referência nesta matéria, para alinhamento de conteúdo. Este processo teórico foi sempre intermediado por momentos de reflexão, a partir dos problemas trazidos pelos profissionais e/ou que surgiram ao longo da investigação e que motivaram questões suscitadas, pela equipa de docentes mediadores. A esta fase seguiram-se os relatos individuais, escritos e partilhados — por meio dos quais se revelaram as diferentes perspetivas pessoais e profissionais do trabalhador social em ação; as dúvidas e inconsistências do conhecimento teórico sobre o processo de envelhecimento e mesmo das bases teóricas, indiciando ainda uma visão enviesada; as dificuldades em promover a efetiva ação em rede intersetorial; o desfasamento entre as exigências legais e a aplicação das mesmas à realidade, e/ou seu desconhecimento, muitas vezes ligados à comunicação e atuação não efetiva entre supervisores e equipas dos NCIs, entre outras questões.

As Oficinas Propositivas, segunda etapa do projeto, pegou nos contributos do material produzido e registado na primeira etapa delineando a construção dos planos de trabalho dos NCIs, visando potenciar as suas práticas socioeducativas. Nesta etapa, a utilização do modelo SWOT propiciou novas e importantes reflexões sobre os territórios, e nele os desafios e as oportunidades da atuação profissional. O termo SWOT é um acrónimo das palavras em inglês Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades), Threats (ameaças) e representa uma balança onde é possível comparar os fatores internos e externos de

cada empresa, serviço ou produto e, deste modo, focar o que precisa ser melhorado ou modificado. Este instrumento foi adaptado para o cenário do serviço onde atuam os trabalhadores sociais.

Neste modelo de análise as forças são “aspectos internos positivos” que propiciam um bom rendimento, tendo como exemplo a equipa de NCI experiente no serviço prestado aos idosos com graus de vulnerabilidade variável. As fraquezas são “aspectos internos negativos” que acarretam um “prejuízo” ao serviço, tendo como exemplo a equipa reduzida com falhas sérias na qualificação; falhas nas parcerias intersetoriais; e falta de interlocução entre os profissionais envolvidos, especialmente NCI's e CRAS¹³.

Como fatores externos positivos surgem oportunidades, que não dependem diretamente do Serviço, mas que lhe agregam valor, como exemplo a crescente população envelhecida e ativa, vista como capital social. As ameaças são fatores que não estão diretamente no controlo do Serviço, mas que podem impactá-lo negativamente, como a falta de recursos; mudanças radicais nas políticas públicas e interferências externas, como o desvio das verbas para outros fins. Indicamos aqui apenas 5 tópicos do extenso rol de fatores internos — força (positivo) e fraquezas (negativo) — apresentados pelos profissionais.

Foram consideradas Forças Internas (positivas) — O Orgulho de ser um/a profissional da Assistência Social; Respeito no atendimento ao idoso viabilizando as suas potencialidades, na perspetiva dos direitos; Reconhecimento do processo de aprendizagem com os idosos; NCI como espaço de construção de família afetiva e na superação da depressão e luto; espaço de fomento do interesse em novas aprendizagens e aprimoramento.

As Fraquezas Internas (negativas) — Conhecimento insuficiente dos documentos norteadores da PNAS¹⁴ e das conceções gerontológicas e legislações específicas para os idosos; Falta de diálogo com colegas que atuam em outras políticas setoriais, inviabilizando ações conjuntas em casos de alta complexidade; Relações tensas entre os representantes do CRAS e profissionais dos Serviços; Falta de espaço na agenda dos profissionais dos NCI para partilhar as questões vivenciadas na sua prática e planeamento; Conceção errada de que o profissional deve proporcionar autoestima, autoconfiança e autonomia aos seus utentes, impossibilitando a construção de um espaço de diálogo e de construção coletiva nas propostas de intervenção junto aos idosos.

Fatores Externos — Oportunidades (positivo) — Articulação entre serviços (assistência, saúde, educação, cultura) nas atividades; Promoção de lideranças ido-

13. CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

14. PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

sas regionais (política e social); Organização e incentivo na participação em associações de moradores, na proteção e gestão do meio ambiente; Promoção e gestão de círculos comunitários de ajuda mútua; Valorização da cultura local como potencial para fortalecimento de vínculos comunitários e intergeracionais; Parcerias institucionais para desenvolvimento de projetos de geração de riqueza e/ou espaço no mercado de trabalho.

Fatores Externos — Ameaças (negativo) — Extensão do território de intervenção, aliado à degradação do meio ambiente na região e problemas de acessibilidade (região/serviço); Empobrecimento crescente da população idosa — desemprego; carências habitacionais; violência institucional e familiar; Distribuição não equitativa de apoios (BPC); Regiões dominadas pelo narcotráfico geradoras de insegurança e violência; Ausência de NCI's em regiões extensas e com alto grau de vulnerabilidade.

Após este exercício foi realizado, pelos profissionais formandos, um levantamento fotográfico do território no qual se localizam os NCI's, este material foi posteriormente partilhado e analisado em grupo, é de realçar que alguns profissionais trouxeram desenhos que traduziam fielmente as realidades observadas. Esta atividade propiciou outro espaço narrativo, expondo novas fragilidades, especialmente em “territórios do tráfico”, como: andar de uniforme para identificação e proteção; pedir autorização do “chefe” para entrada de estranhos na comunidade; circular só em veículos “autorizados”, com vidros abertos e mãos à vista; contratar auxiliares da própria comunidade, evitando a circulação de “estranhos”; além de proteção “especial” ao NCI quando a avó/tia do “chefe” estivesse no local, entre outros problemas, nomeadamente a degradação ambiental.

Ao longo do processo destacam-se, assim, dois problemas relevantes inter-relacionados — os desafios de plena efetivação e aplicação de leis específicas — portarias e normativas técnicas, norteadoras das políticas públicas — decorrentes tanto da burocracia própria do sistema, como os ligados às fragilidades territoriais devido ao problema da violência. Numa metrópole como São Paulo o quotidiano dos trabalhadores da assistência social, bem como da maior parte da população, é marcado pela falta de tempo; desconforto em vários níveis; exigência de respostas imediatas; a pressa constante na vida pessoal e profissional, entre outros problemas. Considerando que a “aceleração da vida” fecha a possibilidade de ter tempo de parar, pensar, olhar, escutar mais devagar, observando detalhes, suspendendo a tensão e a pressa, visou-se que os encontros de formação pudessem proporcionar um tempo de “cultivar a atenção e a delicadeza, abrir olhos e os ouvidos [...] falar sobre o que nos acontece [...] escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (Larrosa, 2015, p. 25).

O exercício de reaprender e refazer, individual e coletivamente, não é fácil, mas constatámos que ele se concretizou no movimento de reflexão e escuta sensível individual e coletiva, considerando que aprender e ensinar com e a partir da interdisciplinaridade e intersubjetividade é um processo que conecta, pela reflexão, experiências, análises de casos/ problemas, entre outras possibilidades que surgiram dos encontros de integração e expresso também nas avaliações finais pelos profissionais formandos.

Ao longo do processo o movimento de reflexão e escuta, aliado às bases teóricas e análise do “campo de jogo” favoreceram a construção individual e coletiva dos profissionais, que se materializou no Seminário Final¹⁵, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), aí foram apresentados os *banners* dos projetos de cada NCI envolvido, divulgados a todos os participantes, em evento aberto ao público, o que permitiu alargar a divulgação deste projeto de política pública e de valorização do trabalhador social que tem como foco o sujeito que envelhece na cidade de São Paulo, em territórios com múltiplas fragilidades.

Desde a primeira ação — mapeamento dos territórios de atuação — foram utilizados procedimentos integrativo-narrativos que ofereceram os dados necessários para a caracterização do serviço, e as particularidades próprias a cada uma das regiões, dando voz e registrando as impressões, sentimentos e exigências dos trabalhadores dos NCI's, base para a capacitação pretendida, na perspectiva da Gerontologia Social. O trabalhador social passou a ser considerado, ao longo do processo, o narrador que revela, na primeira pessoa, a voz interna do grupo no qual vive e atua, indicando os desafios da aplicação das políticas públicas no campo de atuação — Quem fala? De onde fala? Com quem fala? Quem escuta?

Neste ponto destacamos que antes de procedermos à capacitação dos profissionais, quisemos auscultar os trabalhadores dos NCI de forma a fazermos um diagnóstico do seu campo de atuação. Esta etapa preliminar foi realizada através da elaboração de um roteiro de observação e questionários-base utilizado em 31 NCI (de 96 existentes à época) de diferentes regiões do município de São Paulo, realizado pela equipa de investigadores que depois formou os profissionais, o que permitiu captar a realidade dos territórios de atuação, tendo em conta as suas características e múltiplas exigências, segundo os princípios já definidos da pesquisa etnológica.

No primeiro momento de trabalho de campo, os investigadores criaram grupos de trabalho, em duplas e trios, para análise dos desafios reais vividos pelos trabalhadores sociais da nossa metrópole — desde as suas deslocações — autocarro,

15. <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/importancia-dos-ncis-para-se-longevidade-em-sao-paulo/>>.

metro, táxi, e mesmo a pé a zonas de difícil acesso, muitas “interditas” pelo tráfico de droga, onde só é possível aceder com a necessária “licença”. Constatámos também o sofrimento e fragilidades vividas pelas populações da periferia; os desafios do trabalho social e, também, as suas grandes conquistas e ainda as extremas necessidades em áreas geográficas de fragilidade, injustiça e exclusão.

Os dados recolhidos nesta etapa, que se ampliaram e confirmaram no processo de capacitação, indicaram que a maioria dos NCI (74,2%) tinham sido criados nos últimos 17 anos, sendo relevante considerar que 32,3% das unidades foram implementadas nos últimos 7 anos, com significativa ampliação da rede no período posterior à promulgação do Estatuto do Idoso em 2003. A maioria dos serviços (64,5%) funcionava a tempo inteiro de 8 horas (25,8%) ou de 12 horas (38,7%), mas após entrevista aos trabalhadores sociais foi evidenciada uma contradição — unidades localizadas em áreas de maior vulnerabilidade funcionam a tempo parcial, e outras situadas em áreas de menor vulnerabilidade atuam a tempo inteiro.

Os trabalhadores sociais indicaram a necessidade de estender os períodos de funcionamento nessas áreas, para melhor atendimento aos idosos mais vulneráveis socialmente, e alertaram para o fato de que nas áreas mais centrais da cidade, com melhores infraestruturas físicas e um nível socioeconómico mais elevado, muitos idosos atendidos não obedeciam aos critérios propostos por esta política pública. Relatam, entretanto, que, nestes casos, a procura está ligada ao sentimento de solidão dos idosos, o que muitos consideram uma fragilidade maior, justificando o atendimento destes.

Em relação ao financiamento das atividades dos NCI — muitos com origem em organizações não governamentais, como paróquias católicas ou associações espíritas e evangélicas — foi informado que a maior fonte de recursos está nos protocolos existentes com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) e que 35% são contrapartidas das organizações protocoladas, relativas a eventos e campanhas (19,4%) e doações de pessoas físicas ou jurídicas (16,1%) como fonte de financiamento adicional.

Os profissionais relataram como maior dificuldade o mapeamento dos beneficiários do BPC¹⁶ — de modo a incentivá-los a participar nas atividades oferecidas — pelo fato de as informações pessoais dos possíveis beneficiários encontrarem-se frequentemente desatualizadas, dificultando ou inviabilizando o contacto, a que se soma ainda a recusa dos idosos em receber os profissionais por medo de perder o referido benefício. A estes constrangimentos acrescem os impedimentos de

16. Destaca-se que o BPC se refere ao rendimento mensal básico no valor de 1 salário mínimo, destinada às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover à sua subsistência, nem contem com o apoio da sua família.

aproximação a territórios “demarcados” e de difícil acesso — problemas que também são impeditivos para que os próprios idosos circulem e frequentem os NCI.

Confirma-se, assim, o cruzamento de dois dados que indicam as dificuldades da aplicação integral desta, e outras, políticas públicas — a burocracia do sistema — que surge também em outras instâncias na articulação de diferentes serviços; e a violência e as dificuldades de acesso aos territórios — que de modo perverso criam barreiras à circulação de pessoas — agentes públicos e população em geral, e de modo mais evidente aos idosos — demarcando claramente a “geografia da injustiça”.

5. A título de conclusão: desafios para os profissionais e políticas públicas na área do envelhecimento

Apontamos que ao longo do processo de capacitação muitos foram os desafios e alguns ajustes foram realizados devido a necessidades que surgiram no seu desenrolar, circunstância que consideramos natural face a uma metodologia que propõe a construção conjunta do saber-fazer, visando práticas cada vez mais adequadas para ir de encontro às exigências do serviço. Observamos, desde o início, uma certa resistência à proposta geral de capacitação por parte de muitos profissionais formandos (mas contornada ao longo do projeto), ainda presos a sistemas burocráticos no processo de ensino-aprendizagem, no qual o professor ensina e os alunos aprendem, numa relação vertical de soberania em que um sabe mais que o outro.

No contexto do processo vivido, aqui relatado, e seguindo a metodologia proposta, a relação entre profissionais formandos e docentes-mediadores procurou ser horizontal, entrelaçando conhecimentos e competências dos dois grupos. Refletir sobre a realidade do rápido envelhecimento, e o seu impacto nas políticas sociais existentes, rever conhecimentos “cristalizados”, provocar reflexões, se não novas, inovadoras foi a estratégia, e os docentes foram os mediadores deste trabalho coletivo.

Ao longo do processo de educação continuada ficaram evidenciados os desafios, e relevância do Serviço, muitos dos quais coincidem com os já indicados no Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2016-2026.

1. A relevância social dos NCI – Núcleos de Convivência de Idosos enquanto serviços integrantes de uma rede de apoio social à população com mais de 60 anos de idade, com o desafio de promover o sentimento de pertença e convivência social em oposição ao segregacionismo e ao isolamento, representam oportunidades para a expressão de necessidades e exigências sociais pessoais, familiares e comunitárias, acesso à informação quanto a direitos sociais, trocas culturais e

socioafetivas entre gerações, usufruto de benefícios advindos de um diversificado conjunto de atividades sociais, culturais, recreativas, lúdicas e de lazer. O objetivo do Serviço é atender, de modo geral, ao postulado da inserção territorial dos serviços públicos, observando os índices de vulnerabilidade e risco social tendo em conta diversos fatores, nomeadamente intergeracionais, intergénero, riqueza, étnico-raciais e socioterritoriais.

2. Outro desafio é a necessidade de investimento na formação contínua dos trabalhadores, de modo a suprir lacunas e debilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas na gestão e funcionamento das unidades dirigidas a pessoas idosas, destacando-se a necessidade de supervisão efetiva no acompanhamento das ações. Além deste apeto, ficou evidente a reprodução dos modelos assistenciais em relação aos idosos e a falta de maior sensibilização à participação cívica.
3. A ausência de uma cultura de planeamento e avaliação das ações foi identificada na dinamização de eventos e atividades de interesse, uma vez que estas não estavam de acordo com o previsto na Política Nacional de Assistência Social no âmbito do apoio social básico e o Estatuto do Idoso, e sem a clara e consistente demonstração de resultados que expressem a amplitude e a profundidade do alcance social dos serviços ficando os resultados, algumas vezes, circunscritos apenas às metas quantitativas — negligenciando as qualitativas — e a alguns procedimentos administrativos, embora necessários, determinados pelos protocolos com a gestão municipal.
4. A existência de polaridades nos papéis exercidos pelos profissionais: muitos excessivamente burocráticos; outros com forte grau de envolvimento, sem o equilíbrio necessário ao funcionamento adequado ao serviço.
5. A precaridade da formação superior expressou-se tanto na compreensão das tarefas como na expressão escrita e oral dos profissionais, observada especialmente no processo de execução dos *banners* apresentados no Seminário final.

O projeto de capacitação evidenciou, por um lado, as dificuldades na gestão e operação de um serviço de absoluta relevância social — os Núcleos de Convivência de Idosos — para a capital metropolitana, e por outro lado, demonstrou as potencialidades de uma política pública, efetivamente voltada para a qualidade de vida, a dignidade e cidadania, segundo valores democráticos.

Face a esta realidade desafiante, aguardamos, trabalhando mesmo em cenário adverso, esperançosos que este seja mais um “tempo de turbulências”, ao qual posamos resistir e superar, procurando atingir importantes metas para a promoção de uma vida íntegra, democrática, com redução dos cruéis “danos colaterais”, com equidade e igualdade de direitos para todas as idades.

Referências

- Altenfelder, A.H. (2015). Aspectos constitutivos de mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. *Construção Psico Pedagógica*, 23(24), 59-76. Retirado de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v23n24/o6.pdf>>.
- Augè, M. & Colleyn, J.P. (2012). *L'Anthropologie*. Paris: PUF.
- Bardin, L. (2002). *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar
- Bauman, Z. (2013). *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bentes, J. C. (2011). São Paulo, por Raquel Rolnik. *Revista de Estudos Avançados*. 25(71), 331-336 Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/25.pdf>
- Berbel, N.A.N. (Org.) (1999). A metodologia da problematização e os ensinamentos de Paulo Freire: uma relação mais que perfeita. In: *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações* (pp. 1-28) . Londrina: EDUEL; .
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Ministério da Saúde (2003). *Estatuto do Idoso*. 1.^a ed., 2.^a reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*, Retirado de <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf>.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Fundamentos éticos e políticos e rumos teórico-metodológicos para o fortalecimento do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional da Assistência Social*. Retirado de <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocial-comFamílias.pdf>.
- Portal do Envelhecimento. (2017). *A importância dos NCIs para se longeviver na cidade*.. Retirado de: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/importancia-dos-ncis-para-se-longeviver-em-sao-paulo/outubro>>.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Caderno de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Retirado de <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2014/02/concepc3a7c3a30-de-conviv3aancia-e-fortalecimento-de-vinculos.pdf>>.
- Côrte, B. & Brandão, V. (2018). Longevidade Avançada – A reinvenção do tempo. *Revista Kairós – Gerontologia*, 21(1), 213-241.

- Côrte, B. & Lopes, R.G. (Orgs.) (2019). *Longevidade, Políticas e Mercado - Subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores*. São Paulo: Portal Edições/PUC-SP.
- Fazion, C., Siqueira, R.C. & Teixeira, F.J. (2019). Envelhecimento e políticas sociais: oportunidades e acessos. In Côrte, B. e Lopes, R.G. (Orgs.) *Longevidade, Políticas e Mercado – Subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores*. São Paulo: Portal Edições/PUC-SP.
- Freire, P. (1980). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra .
- Larrosa, J. (2015). *Tremores. Escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Retirado de: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf>.
- Nóvoa, A. (org.). (1999). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.
- Passeggi, M.C & Cunha, L.M. (2014). Narrativas autobiográficas: a imersão no processo de autoria. In Vicentini, P. P, Souza, E.C.& Passeggi, M. C. (orgs). *Pesquisa (Auto) Biográfica. Questões de ensino*. Curitiba: CRV.
- Prefeitura de São Paulo – Assistência e Desenvolvimento Social (2016). *Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo .PDMASp 2016-2026. O SUAS nos 96 distritos*. Retirado de: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/PLANO_DECENAL_ASSIS_SOCIAL_SP.pdf>.
- Piaget, J. (1983). *A epistemologia Genética e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Ribeiro, L. R.(2008). *Aprendizado baseado em problemas*. São Carlos: EDUFSCAR..
- Savin-Baden, M. (2000). *Problem-Based Learning in Higher Education: Untold Stories*. Buckingham: Open University Press.
- Seade (2017). *Conheça São Paulo – Indicadores Econômicos e Demográficos*.Retirado de: <<http://www.seade.gov.br/conhecasp/#page/1>>.
- Santinha, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *EURE (Santiago)*, 40(119), 75-97.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- Saquet, M.A. & Sposito, E.S. (orgs.). (2009). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular
- Scarlato, F.C; Alves, G.A. (2018) São Paulo: uma metrópole em constante mutação. *Boletim Paulista de Geografia*, 100, 156-172. Retirado de: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1504>>.
- Schon, D. A. (2007). *Educando o Profissional Reflexivo – um novo design para o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Artmed.
- Sen, A. (2011). *A Ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sebrae. (s.d). *Ferramenta: Análise SWOT (clássico)*. Retirado de: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Básica (2013). *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Retirado de <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Protecao_Basica/smads-concepconviv.pdf>.

